

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
2ª VARA DO TRABALHO DE POÇOS DE CALDAS – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
RENATO DE SOUSA RESENDE**



Lei de Criação nº 10.770, de 21-11-2003

Data da instalação: 6-12-2005

Data de implantação do PJe: 15-4-2013

Jurisdição: Poços de Caldas, Andradas, Bandeira do Sul, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Ibitiúra de Minas, Ipuiúna e Santa Rita de Caldas.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 6-11-2020, p. 8.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 30-7-2019

Às 13 horas do dia dezoito de novembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 2ª Vara do Trabalho de Poços de Caldas, situada na Rua José Bernardo, 99, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Renato de Sousa Resende**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Glauco Negrini; os servidores Aldir Pereira Mota, Amanda Mendes de Oliveira, Douglas Eros Pereira Rangel, Elisabeth de Paula Domingos, Elson Virga de Andrade, Giovana Martins Paneto, Gislene Aparecida Lopes Coelho, Nádia Vilas Boas Leite e Pamella de Araújo Almeida e a estagiária Priscila de Freitas. Ausente a servidora Aline Dutra, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 1.107 processos, distribuídos neste ano até o dia 6-11-2020, apurando-se a média de 5,6 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 41 cartas precatórias, dentre elas 11 executórias, até o dia 6-11-2020, das quais 25 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 538 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 214 processos foram remetidos neste ano até o dia 6-11-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 20 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 80 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 639 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 26 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 4 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processo sobrestado com incidentes de Repercussão Geral já julgado pelo STF

Processos examinados na correição:

- 0011127/19: – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente..

- 0010628/19: – Tema 1022 – Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Poços de Caldas - 02a Vara				
	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	33,94	37,77	35,49	30,83	43,27

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 6-11-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	196
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	470
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	22

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	25
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2015	2	5
2016	2	4
2017	4	3
2018	11	2
2019	148	1
2020 – ano de referência	521	
TOTAL	688	0,29

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de novembro até o dia 6-11):

Processo	Classe	Tarefa
0010515-07.2015.5.03.0149	Mandado de Segurança	Aguardando prazo
0011467-83.2015.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011059-58.2016.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011662-34.2016.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011284-44.2017.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0011444-69.2017.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011536-47.2017.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0011624-85.2017.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010670-05.2018.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010689-11.2018.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Registrar trânsito em julgado
0010766-20.2018.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010908-24.2018.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010927-64.2018.5.03.0073	Tutela Cautelar Antecedente	Aguardando prazo
0010985-33.2018.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011095-32.2018.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011141-21.2018.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011148-13.2018.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011158-57.2018.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011222-67.2018.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010102-52.2019.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	797

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	309

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	1
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	842

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	22

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Poços de Caldas - 02a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	77,11	70,75	70,92	36,20	55,84

Existem 1.065 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 932 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 133 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2020 até 6-11-2020.

No ano 2019, até o dia 6-11 havia 966 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- 839 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 127 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de novembro até o dia 6-11):

Processo	Classe	Tarefa
0010813-67.2013.5.03.0149	Execução de Termo de Ajuste de Conduta	Aguardando apreciação pela instância superior
0001170-56.2011.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	DESPACHO
0000201-07.2012.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	DESPACHO
0011483-71.2014.5.03.0149	Execução Fiscal	Aguardando término dos prazos
0010331-51.2015.5.03.0149	Execução Fiscal	Aguardando cumprimento de acordo
0010056-39.2014.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito	Aguardando prazo

	Ordinário	
0010655-75.2014.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011628-30.2014.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando término dos prazos
0010591-65.2014.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando término dos prazos
0010811-97.2013.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Conclusão ao magistrado
0010541-73.2013.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0011089-64.2014.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011438-67.2014.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010779-92.2013.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010212-61.2013.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010271-15.2014.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010815-37.2013.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010244-32.2014.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando término dos prazos
0011043-75.2014.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Execução
0011124-24.2014.5.03.0149	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Elaborar despacho

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (dados apurados no mês de novembro até o dia 6-11):

	2019	2020
01-JANEIRO	27	40
02-FEVEREIRO	258	73
03-MARÇO	187	43
04-ABRIL	105	27
05-MAIO	28	54
06-JUNHO	154	64

07-JULHO	77	64
08-AGOSTO	118	58
09-SETEMBRO	132	48
10-OUTUBRO	168	64
11-NOVEMBRO	106	14
Totais	1360	549

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
	2	5	4	1		2	1		2	4	
MURILLO FRANCO CAMARGO								58	5		
RENATO DE SOUSA RESENDE	38	68	39	26	54	58			41	60	14
ROSERIO FIRMO							60				
WILLIAM MARTINS						4	3				
Totais	40	73	43	27	54	64	64	58	48	64	14

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (dados apurados no mês de novembro até o dia 6-11):

	2019	2020
01-JANEIRO	24	19
02-FEVEREIRO	20	19
03-MARÇO	19	27
04-ABRIL	19	9
05-MAIO	28	21
06-JUNHO	24	26
07-JULHO	24	21
08-AGOSTO	15	20
09-SETEMBRO	34	27
10-OUTUBRO	50	13
11-NOVEMBRO	32	8
Totais	289	210

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 06/11/2020, existem 60 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	7
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	36
Tutelas Provisórias Pendentes	17
Total	60

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 19-11-2020 havia 15 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 8 processos;
- b) **instrução:** 6 processos;
- c) **conciliação em conhecimento por videoconferência:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0011098/20, 0011099/20, 0011072/20, 0011076/20, 0011077/20, 0010434/20, 0010226/20, 0010357/20, 0010379/20 e 0010586/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0011072/20, 0011076/20, 0011077/20, 0010434/20 e 0010226/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 17-11-2020, 19 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 4 processos.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010983/20, 0011102/20, 0011107/20, 0011057/20, 0011007/20, 0011058/20, 0010974/20, 0010927/20, 0010903/20, 0010862/20, 0010628/19, 0011127/19, 0010866/20, 0010488/20, 0010881/20, 0010898/20, 0010727/20, 0010694/20, 0010693/20, 0010695/20, 0010832/20, 0010857/20, 0010046/20, 0010810/20, 0010794/20, 0010938/20, 0011145/18, 0011250/19, 0011281/19, 0010708/20, 0010521/20, 0010480/20, 0010302/20, 0010515/20, 0010809/20, 0010616/20, 0010645/20, 0011458/17, 0010968/18, 0010027/19, 0011147/19, 0010631/19, 0010664/19, 0011060/19, 0010494/19, 0010634/19, 0010885/19, 0010969/19, 0011004/19, 0011654/17, 0010737/19, 0010745/17, 0010739/20, 0010849/20, 0010528/20, 0010516/20, 0010569/20, 0010945/20, 0010671/20, 0010406/20, 0010433/20, 0010723/20, 0011282/19, 0011462/17, 0010553/16, 0011226/19, 0011172/19, 0010391/18, 0011148/18 e 0010194/17.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010866/20, 0010488/20, 0010881/20, 0010898/20, 0010727/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

- 0010974/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 9e1c5a8 (sem movimentação há mais de 20 dias);

- 0010927/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 11b8b3b (sem movimentação há mais de 10 dias);

- 0010903/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id e205a07 (sem movimentação há mais de 10 dias);

- 0010862/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id bc3bbe0 (sem movimentação há mais de 20 dias);

- 0011281/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 47a3e3f (sem movimentação há mais de 60 dias);

- 0011458/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 4023efa (mais de 20 dias) e impulso oficial – Id f4cb9ad (sem movimentação há mais de 100 dias);

- 0010968/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 03d1fea (sem movimentação há mais de 100 dias);

- 0010027/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 7f67e74 (mais de 30 dias);

- 0011147/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 1bee7d7 (sem movimentação há mais de 10 dias);

- 0010631/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 3648a6a (mais de 10 dias), Id ac789b3 (mais de 10 dias), Id 50d28fa (mais de 10 dias);
- 0010664/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id e19529c (sem movimentação há mais de 20 dias);
- 0011060/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 710c2e8 (mais de 10 dias);
- 0010494/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id ad63931 (mais de 10 dias);
- 0010634/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 227efcb (mais de 10 dias);
- 0010885/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 4a3a36f (mais de 20 dias), Id b8d2ac9 (mais de 20 dias);
- 0010969/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 0e85611 (sem movimentação há mais de 100 dias);
- 0011004/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 549672f (mais de 10 dias);
- 0011282/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id e5cc5f6 (sem movimentação há mais de 60 dias);
- 0011172/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 06a8601 (sem movimentação há mais de 40 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 16 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000705-13.2012.5.03.0149	Cumprimento de Providências - execução
0010327-14.2015.5.03.0149	Aguardando prazo - execução
0010432-25.2014.5.03.0149	Aguardando apreciação pela instância superior
0010470-27.2020.5.03.0149	Audiência 15-12-20
0010656-84.2019.5.03.0149	Aguardando prazo - execução
0010696-66.2019.5.03.0149	Aguardando apreciação pela instância superior
0010755-54.2019.5.03.0149	Elaborar sentença
0010812-43.2017.5.03.0149	Aguardando apreciação pela instância superior
0010842-83.2014.5.03.0149	Aguardando cumprimento de acordo
0010933-71.2017.5.03.0149	Aguardando apreciação pela instância superior
0011191-52.2015.5.03.0149	Aguarda cumprimento de acordo
0011249-21.2017.5.03.0073	Aguardando prazo - execução
0011288-18.2016.5.03.0149	Aguardando prazo - liquidação
0011315-98.2016.5.03.0149	Aguardando apreciação pela instância superior
0011333-56.2015.5.03.0149	Aguardando prazo - execução
0109100-12.2006.5.03.0149	Aguardando prazo - liquidação

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 12 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010204-11.2018.5.03.0149	Aguardando apreciação pela instância superior
0010251-82.2018.5.03.0149	Aguardando cumprimento de acordo
0010895-54.2020.5.03.0149	Audiência 23-11-20
0010952-72.2020.5.03.0149	Audiência 8-2-21
0010993-39.2020.5.03.0149	Aguarda cumprimento de acordo
0010994-24.2020.5.03.0149	Audiência 15-12-20
0010998-61.2020.5.03.0149	Audiência 14-9-21
0010999-46.2020.5.03.0149	Audiência 15-12-20
0011132-59.2018.5.03.0149	Aguardando apreciação pela instância superior
0011237-02.2019.5.03.0149	Julgado 5-11-20
0011242-24.2019.5.03.0149	Aguardando apreciação pela instância superior
0011351-38.2019.5.03.0149	Audiência 12-5-21

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	10	45	69
Instrução processo eletrônico	195	162	117

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	9	11	10-12-20 - 13 dias
Procedimento Ordinário	9	26	27-1-21 - 24 dias
Instrução	115	90	20-10-21 - 204 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 6-11-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	872	114

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	41	232

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	265	689
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	83	729

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	2019	Média/dia útil
Julgados Procedentes	139	0,612
Julgados procedentes em parte	587	2,586
Julgados Improcedentes	82	0,361
Extintos com resolução de mérito	4	0,018
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com resolução de mérito	812	3,577
Extintos sem resolução de mérito	21	0,093
Arquivamento	106	0,467
Desistência	56	0,247

Outras decisões sem resolução de mérito	86	0,379
Total sem resolução de mérito	269	1,185
Decisões de conhecimento	1.081	4,762
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	268	1,181
Decisões na fase de execução	62	0,273
Total	1.411	6,216

No ano atual, apurou-se que, até o dia 06/11/2020, com 196 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	82	0,418
Julgados procedentes em parte	332	1,694
Julgados improcedentes	30	0,153
Extintos com resolução de mérito	5	0,026
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	449	2,291
Extintos sem resolução de mérito	40	0,204
Arquivamento	66	0,337
Desistência	30	0,153
Outras decisões sem resolução de mérito	64	0,327
Total sem resolução de mérito	200	1,02
Decisões de conhecimento	649	3,311
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	142	0,724
Decisões na fase de execução	130	0,663
Total	921	4,699

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Em outubro de 2020, com 20 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	7	0,35
Conciliação em execução	1	0,05
*Encerramento de instrução	2	0,1
Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)	40	2
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução / Instrução (rito sumaríssimo)	131	6,55
Una / Una (rito sumaríssimo)	95	4,75
Total	274	13,7

* Os encerramentos de instrução não são totalizados

No mês de outubro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 34 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de outubro 2020 apurado até dia 6-11:

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	25	16	4	22	17	
02-FEVEREIRO	62	45	4		2	2
03-MARÇO	49	20	2	5	1	1
04-ABRIL	42	1	4	3	1	1
05-MAIO	51	18	6	6	1	4

06-JUNHO	59	39	11	8	3	1
07-JULHO	38	11	4	6	5	3
08-AGOSTO	41	34	8	6	6	5
09-SETEMBRO	47	46	10	8	8	1
10-OUTUBRO	41	35	5	7	2	3
11-NOVEMBRO	33	3	8	3	6	3
Totais	488	268	66	74	52	24

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI										1	
MURILLO FRANCO CAMARGO								45	8		
RENATO DE SOUSA RESENDE	38	47	26	5	28	46			47	44	9
ROSERIO FIRMO							19				
WILLIAM MARTINS						2	1				
Totais	38	47	26	5	28	48	20	45	55	45	9

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 6-11):

	2019	2020
01-JANEIRO	104	91
02-FEVEREIRO	246	185
03-MARÇO	205	109
04-ABRIL	205	
05-MAIO	225	70
06-JUNHO	210	152
07-JULHO	275	127
08-AGOSTO	258	160
09-SETEMBRO	236	246
10-OUTUBRO	220	289
11-NOVEMBRO	198	67
Totais	2382	1496

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI									1	
MURILLO FRANCO CAMARGO							160	13		
RENATO DE SOUSA RESENDE	91	185	109	70	140			233	288	67
ROSERIO FIRMO						119				
WILLIAM MARTINS					12	8				
Totais	91	185	109	70	152	127	160	246	289	67

Foram realizadas 162 audiências de 2-11-2020 até o dia 17-11-2020 e designadas 112 de 19-11 a 30-11-2020. Em dezembro de 2020 estão designadas 154 audiências.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de outubro 2020 apurado até dia 6-11):

	2019	2020
01-JANEIRO	62	82
02-FEVEREIRO	130	119
03-MARÇO	141	124
04-ABRIL	140	26
05-MAIO	152	42
06-JUNHO	129	88
07-JULHO	221	80
08-AGOSTO	115	78
09-SETEMBRO	122	123
10-OUTUBRO	146	121
11-NOVEMBRO	76	24
Totais	1434	907

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
MURILLO FRANCO CAMARGO								78	14		
NATÁLIA ALVES RESENDE GONÇALVES	11										
RENATO DE SOUSA RESENDE	71	119	124	26	42	85			109	121	24
ROSERIO FIRMO							75				

WILLIAM MARTINS						3	5				
Totais	82	119	124	26	42	88	80	78	123	121	24

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de outubro 2020 apurado até dia 6-11):

	2019	2020
01-JANEIRO	1264	1440
02-FEVEREIRO	1636	1690
03-MARÇO	1636	1062
04-ABRIL	1509	627
05-MAIO	1493	1430
06-JUNHO	1464	1623
07-JULHO	1718	1675
08-AGOSTO	2410	1573
09-SETEMBRO	2344	1762
10-OUTUBRO	1913	1702
11-NOVEMBRO	2084	350
Totais	19471	14934

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8 horas. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo e para as de procedimento ordinário e de uma hora para as instruções.

Em atendimento ao artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara o (a) magistrado (a) que comparece nesta unidade organizacional de _____ e que mantém afixado na Secretaria da Vara as datas em que presta atendimento, bem assim aquelas em que se encontra fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos			
	2018	2019	2020 até 6-11
Processos recebidos	1.188	1.392	1.107
Média por dia útil	5,3	6,1	5,6
Processos remanescentes do ano anterior	798	615	709
Sentenças anuladas	8	9	4
Total de processos para solução	1.994	2.016	1.820
Processos solucionados	1.409	1.575	907
Processos conciliados	485	494	258
Produção	70,66%	78,12%	49,83%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 17,18% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 7,46%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das

varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 6-11-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	258
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	907

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	907
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	1.111

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	518
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	419

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 6-11-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	797
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	873

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	843
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	399

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 6-11-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	873
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	399
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	11

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	797
-----------------------------------	--	-----

Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	843
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	11

Perfil da Vara do Trabalho		Poços de Caldas - 02a Vara			
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020	3º trim 2020 01/10/2019 a 30/09/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,12	0,57	0,40	0,31
	I02 - Pendentes	1.631	1.607	1.750	1.924
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	174,60	158,79	138,13	118,98
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	271,30	238,56	209,34	229,05

	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.780,30	1.558,08	1.671,09	1.494,67
	I07 - Taxa de conciliação (%)	30,96	28,08	27,17	29,07
	I08 - Taxa de solução (%)	112,80	111,45	97,45	85,49
	I13 - Taxa de execução (%)	244,42	200,76	176,59	129,53
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	30,75	29,79	34,47	43,27
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	36,20	44,46	50,13	55,84
	I11 - Produtividade por servidor	266,80	212,27	184,36	151,91
	I12 - Pendentes por servidor	134,20	121,09	131,00	145,00
Meso	Acervo	0,22	0,27	0,27	0,29
	Celeridade	0,40	0,36	0,35	0,35
	Produtividade	0,55	0,60	0,65	0,70
	Congestionamento processual	0,33	0,40	0,47	0,52
	Força de trabalho	0,27	0,37	0,41	0,46
Macro	IGEST	0,3560	0,4018	0,4301	0,4650
Posição IGEST		35	55	75	101
Movimentação processual		1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$4.337.165,55	R\$607.840,14

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho não há Portaria em vigor.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 19 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 110,44% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 75,05%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,82%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 107,31%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 74,19% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 37,04% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,48%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 104,98%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 80,16% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,59%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 175 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias

(valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 105,18%, não tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o tempo médio alcançado foi de 113 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;
- 3) em razão dos dados apurados no item 3 desta ata (disponibilidade de pauta) cumprido o determinado no artigo 29, inciso V, "d" do Regimento interno desde Regional, realizando audiências de segunda-feira a sexta-feira até que o prazo de designação de audiências de instrução seja inferior a 6 (seis) meses, contados da data da audiência inicial;
- 4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 5) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- 6) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 7) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;
- 8) envidados esforços para o cumprimento da Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, e da Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento

(ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017, tendo em vista que não foram atingidas no ano 2019.

9) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

10) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

11) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portallbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

12) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

13) realizado, pelo magistrado e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

2) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR Nº 112, de 1ª de julho de 2019, publicada no DJE de 1º-7-2019 dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 15h50min do dia dezoito de novembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 185, publicado no DJe 6-11-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima

Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelo servidor José Múcio Antônio Lambertucci.

Maristela Iris da Silva
Malheiros:30831806

Assinado de forma digital por
Maristela Iris da Silva
Malheiros:30831806
Dados: 2020.11.30 16:23:43 -03'00'

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO
DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Dados: 2020.11.19 15:54:51 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria